

## Temporalidade e criação: Agostinho, Bergson, Proust e Benjamin

Jaqueline Stefani\*

### Resumo

Pretende-se apresentar a noção de temporalidade como eixo sobre o qual a duração, no entrelaçamento passado/presente/futuro, funda um modo próprio para a criação estética. Seja através do conceito de duração (Bergson), de eterno presente (Agostinho) ou de contemplação de eternidade (Proust), o que se percebe nos três autores é a dimensão da temporalidade como componente fundador na constituição da identidade de si mesmo. Em Benjamin e Auerbach, tempo e criação encontram um profícuo entrelaçamento na distinção entre objetos capazes de acionar a memória involuntária e, pois, suscitar a imaginação, tais como a pintura e a escrita narrativa, e objetos que ficam meramente no nível da memória voluntária, como a fotografia e a escrita informativa, por exemplo.

**Palavras-chave:** Tempo. Criação. Estética. Filosofia. Literatura.

### Abstract

It is intended to introduce the notion of temporality as the axis about which the duration, in entanglement past/present/future, founded a own aesthetic creation. Being through the duration concept (Bergson), of eternal present (Agostinho) or contemplation of the eternity (Proust), what can be seen in the three authors is the time dimension as a founder component in the identity constitution of itself. In Benjamin and Auerbach, time and creation find a useful interlacement to distinguish between objects capable of activating the involuntary memory and causing imagination, such as painting and narrative writing, and objects that merely stay at the involuntary memory level, such as the photography and informative writing, for example.

**Key words:** Time. Creation. Aesthetics. Philosophy. Literature.

---

\* Professora do Curso de Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutora pelo programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). [jaquelinestefani@yahoo.com.br](mailto:jaquelinestefani@yahoo.com.br)

## 1. Considerações introdutórias

A abordagem da temática da temporalidade e de seus temas correlatos, como memória e esquecimento, coube à primeira parte deste texto. Tal abordagem se fundamenta em três autores: Santo Agostinho, Henri Bergson e Marcel Proust. A sequência do texto apresenta como Bergson, Proust, Benjamin e Auerbach desenvolveram – numa íntima relação com o tempo – o conceito de criação como a possibilidade mais própria do ser humano. A análise da categoria criativa é elaborada através da distinção entre objetos-lugares que desenvolvem a capacidade imaginário-criativa do sujeito e objetos-lugares que, pela sua própria constituição e objetivos, dispensam essa intervenção ativa do expectador-leitor.

As perguntas que nortearam a tessitura deste artigo são as seguintes: O que é o Tempo e como essa resposta acarreta diferentes consequências na abordagem estética? É possível que pensadores de tradições distintas abordem a questão do tempo e da criação através de um mesmo fio condutor? Agostinho de Hipona relacionou o tempo com a consciência supondo a eternidade do presente e ressaltando a infabilidade frente à questão da definição do tempo. A noção de tempo psicológico remete ao fato sobre a percepção do tempo como algo que permanece em um eterno presente. Com Bergson, a análise agostiniana - e, portanto psicológica - sobre o tempo como algo que dura ganha corpo e aparece como aquilo que permanece e que propicia a criação: empenho da imaginação para fixar algo da mobilidade incessante do devir contínuo. Marcel Proust, assim como Bergson, parece ter percebido a duração como importante conceito no tocante à criação. Na literatura proustiana é possível perceber uma memória independente da racionalidade, o que o literato nomeou de “memória involuntária”: uma instância capaz de abarcar lapsos de eternidade. Tanto em Proust como em Agostinho a experiência do tempo fusiona passado e presente possibilitando a construção da identidade, partes dispersas do ego que são, então, reunidas.

Benjamin, analisando a obra proustiana, opera uma cisão entre, por um lado, a memória

voluntária e a câmera fotográfica e, por outro, a memória involuntária e a pintura; ao primeiro bloco caberia um estatuto inferior no que tange à potencialização da capacidade de imaginação e fantasia, se comparado ao segundo bloco. Ao encontro de Benjamin vai a análise de Auerbach: a obra de Homero apresenta um relato aparentemente descritivo e absolutamente preenchido e fechado, se comparado aos textos bíblicos, como a narrativa de Abraão e Isaac: texto aberto, prenhe de silêncios e lacunas que convidam a imaginação e fantasia do leitor, como a própria obra de Proust.

## **2. Agostinho: pioneirismo na noção de tempo psicológico**

É mérito de Santo Agostinho ter dado ao conceito de tempo sua relação com a consciência. Ao relacionar a existência temporal (passado, presente e futuro) à percepção da consciência, Agostinho questionou a própria existência dos tempos passado e futuro, pois, “conhecemos o passado somente como memória *presente*, e o futuro somente como antecipação *presente*. Por conseguinte não existe presente real e nada além do presente real”<sup>1</sup>. O passado, aparentemente, inexistente enquanto fato, tanto quanto o futuro. Com essa afirmação é provável supor que o que existe é somente o presente; porém, o presente real também não tem lugar, é atópico, pois ele é ou presente de memórias passadas ou presente de projeções futuras sendo, pois, um pseudopresente:

De que modo existe aqueles dois tempos – o passado e o futuro – , se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, já não seria tempo, mas eternidade. Mas se o presente, para ser tempo, tem necessariamente de passar para o pretérito, como podemos afirmar que ele existe, se a causa da sua existência é a mesma pela qual deixará de existir?<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> WILLS, G. *Santo Agostinho*. São Paulo: Objetiva, 1999, p. 112.

<sup>2</sup> AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Abril, p. 244.

A conclusão agostiniana ao paradoxo que ele mesmo coloca é a da eternidade do presente. Considerando o tempo dessa forma, o filósofo percebe a categoria inapreensível, quase inefável do tempo. Tem-se a consciência do que é o tempo, a percepção de que ele “passa”, porém, ao se tentar caracterizá-lo conceitualmente, percebe-se a impossibilidade de levar a cabo tal empreendimento. É o que Agostinho sintetiza em seu famoso adágio:

O que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? [...] O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei<sup>3</sup>.

O fundamento psicológico do tempo se elabora na consciência interior do sempre agora, numa permanência através de momentos sequenciados. Este se constitui da duração enraizada no sujeito que, se por um lado “passa no tempo”, por outro retém e antecipa, rememora e projeta seu próprio tempo. Assim, o que constitui a fonte psicológica da análise do tempo é a percepção interna do presente na qual o “eu” se constitui e se concebe como uma unidade que existe e persiste na mobilidade da passagem temporal. O tempo agostiniano é, em princípio, um movimento contínuo. Diz Agostinho nas *Confissões*:

Uma hora compõe-se de fugitivos instantes. Tudo o que dela já debandou é passado. Tudo o que ainda resta é futuro. Se pudermos conceber um espaço de tempo que não seja suscetível de ser subdividido em mais partes, por mais pequeninas que sejam, só a esse podemos chamar tempo presente. Mas este voa tão rapidamente do futuro ao passado, que não tem nenhuma duração. Se a tivesse, dividir-se-ia em passado e futuro. Logo, o tempo presente não tem nenhum espaço<sup>4</sup>.

Ao analisar a temporalidade desse modo, o bispo de Hipona percebe a impossibilidade

---

<sup>3</sup> AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Abril, p. 244.

<sup>4</sup> AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Abril, p. 245.

temporal. Tal impossibilidade o leva à noção de eterno presente como a verdadeira expressão do tempo. Hegelianamente falando, parece que, em Agostinho, o tempo comporta três momentos: o primeiro é o passado, que incessantemente retorna no presente, o segundo é o futuro, contrapondo-se ao passado, e o terceiro, mais perfeito que os anteriores, é o eterno presente o qual compreende os dois primeiros em sua suprassunção que conserva, porém supera. O que há é sempre rememoração presente e antecipação presente, um “sentimento” presentificado de imagens de fatos que ou já aconteceram ou vão acontecer. É o tempo psicológico que reúne a impressão do antes e do depois no espírito como algo que perdura. A concepção filosófica do tempo, em Agostinho, supõe a experiência temporal como eixo central. Perceber o tempo não como uma mera sucessão de pontos no espaço, de um antes e um depois, mas como uma duração capaz de rememorar e de projetar, foi o que permitiu a Agostinho trazer à tona, pela primeira vez na história do pensamento humano, a noção de tempo psicológico. Por esse motivo foi dito mais acima que Agostinho encontra na problemática temporal um problema existencial.

A pergunta pelo ser do tempo, pela sua definição, como todas as grandes questões metafísicas, não encontra respostas satisfatórias no âmbito das ciências; são questões que não se adaptam às formas objetiváveis das ditas “ciências da natureza”. Assim, também em Bergson o tempo se desenvolve em oposição ao tempo físico newtoniano, afirmando que à ciência cabe o método analítico, porém o tempo, a duração, o eu, só podem ser acessados por intuição.

### **3. Bergson: o tempo psicológico como *durée***

Para opor-se ao conceito físico de tempo, Bergson desenvolveu o conceito de duração (*durée*): a experiência humana do fluxo contínuo do tempo que se caracteriza tanto pelo devir sucessivo de múltiplas mudanças quanto por algo que permanece dentro da sucessão e mudança. A experiência, que constituiu importante foco na análise agostiniana

do tempo, retorna em Bergson na sua percepção da memória humana como um “instrumento de registro” destituído de certa ordem objetiva; a memória exhibe, segundo Bergson, uma interpenetração dinâmica entre o tempo e o eu. A memória é

o desenrolar de um novelo, pois não há ser vivo que não se sinta chegar pouco a pouco ao fim de sua meada; e viver consiste em envelhecer. Mas é, da mesma maneira, um enrolar-se contínuo, como o de um fio numa bola, pois nosso passado nos segue, cresce sem cessar a cada presente que incorpora em seu caminho<sup>5</sup>.

O “eu” é a duração, aquilo que permanece no tempo através da memória e da projeção, duas faculdades que permitem ao sujeito ser criador. A duração do “eu” no passar do tempo é percebida por cada um intuitivamente. Essa duração, porém, deve ser compreendida como mobilidade e não o oposto. Se há a possibilidade de conceber algo imóvel como a morte – e para Bergson há – esse imóvel provém do móvel, do mutável do movente, daí a crítica bergsoniana à tradição filosófica que sempre partira do inverso, privilegiando o imóvel. O passado se acresce ao presente assim como a projeção, não por uma justaposição, mas como o “fio ao novelo”, algo que sempre retorna no momento presente. A duração é a estrutura que permite ao sujeito abarcar e ser alterado pelo sucessivo devir. A duração comporta uma contradição interna, e a expressão do artista é, paradigmaticamente, a tentativa da imaginação de imobilizar algo na mobilidade inexorável do tempo<sup>6</sup>.

Bergson, no seu tratamento filosófico do tempo, configura-o numa análise psicológica,

---

<sup>5</sup> BERGSON, H. *Introdução à Metafísica*. São Paulo: Abril, 1974, p. 22.

<sup>6</sup> Paul Ricoeur, filósofo francês responsável pela expressão “identidade narrativa”, afirma com propriedade ser a ficção o espaço privilegiado de construção da própria identidade. A identidade pessoal constitui-se na intersecção entre dois polos extremamente importantes, a mesmidade e a ipseidade. Essas duas formas que constituem o si-mesmo podem ser paradigmaticamente apresentadas sob a forma temporal da memória e da promessa. Se a primeira encontra seu campo de ação no passado, a segunda compreende o futuro em seu processo de projeção e de manutenção da palavra proferida. O traço fundamental responsável pela reunião de ambos (memória e promessa) é o presente. É no reconhecimento das imagens do passado que a memória contribui para o reconhecimento de si mesmo, e é na não-traição da promessa feita que o movimento de prospecção se reencontra com a identidade. Sobre isso, ver *A metáfora viva, O conflito das interpretações, Percurso do reconhecimento e Si-mesmo como um outro*.

idiossincrática, afinal o tempo é singular, pois ele o é na vivência da própria experiência. Assim também é tratado o tempo em Agostinho, psicologicamente, por estar em constante relação com o sujeito que o percebe. A literatura de Proust traz esses mesmos elementos ao tratar do tempo. *Em busca do tempo perdido* apresenta exatamente isso: memórias, recortes, sensações que vão e vem ao seu “bel prazer” e que por isso independem do esforço racional ou de qualquer ordenação lógica. É a tão frisada “memória involuntária” proustiana<sup>7</sup>.

#### 4. Proust: memória voluntária e involuntária

A arte, conforme Bergson, mais especificamente a obra de arte proustiana – diríamos nós – é a própria apresentação de um mundo a partir do cerne temporal da duração. Tal elemento que perdura no movimento pode ser visto claramente em Proust; um e outro concebem a duração como possibilidade de criação: “a crer em Bergson, o que tira ao homem a obsessão do tempo é a atualização da *durée*. Proust compartilha esta convicção e dela deduziu os exercícios com que durante toda a vida procurou trazer de volta a luz do passado”<sup>8</sup>. A memória involuntária proustiana é a responsável por esses instantes de eternidade fugidia, por esses momentos livres da ordem do tempo, supratemporais. Ao tropeçar em algumas pedras irregulares do calçamento, a personagem do romance proustiano sentira a mesma sensação de quando provar a *madeleine*; se esta o devolvera a Combray, aquela o remetera ao batistério de São Marcos; tais sensações “havia ficado

---

<sup>7</sup> Silva endossa esse caráter de subjetividade proustiana: “A descrição em Proust está a serviço da constituição do universo das impressões que é verdadeiramente o núcleo da narração. Podemos dizer que o real não é descrito, mas narrado, e esta diferença torna-se importante na medida em que a narração está desde o princípio guiada pela reflexividade enquanto expressão da intuição ou da percepção do Tempo.” SILVA, F. L. *Bergson, Proust: tensões do tempo*, in: NOVAES, A. (Org). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das letras, 1992, p. 151.

<sup>8</sup> BENJAMIN, W. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. São Paulo: Abril, 1975, p. 53.

à espera, em seu lugar, na fila dos esquecidos, de onde um súbito acaso as fazia imperiosamente sair”<sup>9</sup>.

Se em Proust há a memória voluntária e a memória involuntária, esta distinção não se encontra, por certo, nem no bispo de Hipona nem em Bergson. Em Proust, é evidente a distinção entre um tipo de memória a qual se recorre pela inteligência, por uma vontade consciente, e outro que não responde ao chamado consciente de querer lembrar-se. A lembrança do passado não é controlável e depende de puro acaso que encontremos algo passível de despertar uma sensação que dê acesso à lembrança, pois, nesse caso, de nada adianta o esforço mental. Em Proust, por não depender do comando da vontade, essas recordações dão-se ao acaso. Porém, em Bergson, essa atualização do fluxo vital está a serviço da vontade, i.e. o sujeito tem total acesso às suas memórias. Em Proust é exatamente esse tempo o responsável por um poder arrebatador de extinguir as “inquietações acerca da morte, pois o ser que me habitara naquele instante era extratemporal [...]. Só ele tinha o poder de me fazer recobrar os dias escoados, o Tempo perdido, ante o qual se haviam malogrado os esforços da memória e da inteligência”<sup>10</sup>. Tal tempo é resultado de uma recordação que invade o sujeito que recorda e irrompe não ao chamado da razão, mas pela faculdade da “memória involuntária”, como a experiência do sabor da *Madeleine*,<sup>11</sup> o desequilíbrio provocado pelas pedras desiguais<sup>12</sup> ou a visão de um título de livro<sup>13</sup>. Essas lembranças não dependiam da vontade consciente de querer

---

<sup>9</sup> PROUST, M. *O tempo redescoberto*. 10ª. ed. São Paulo: Globo, 1990, p. 149.

<sup>10</sup> PROUST, M. *O tempo redescoberto*. 10ª. ed. São Paulo: Globo, 1990, p. 153.

<sup>11</sup> Proust fala da pobreza com que por muitos anos se oferecera à sua lembrança a cidade de Combray, onde, no entanto, transcorrera uma parte de sua infância. Até que o gosto da *madeleine* (um doce) o devolvesse, “certa tarde”, aos tempos antigos.

<sup>12</sup> O narrador lembrara-se de Veneza ao tropeçar “nas pedras irregulares do calçamento em frente à cocheira. Mas no momento em que, procurando equilibrar-me, firmei o pé numa pedra um pouco mais baixa do que a vizinha, todo o meu desânimo se desvaneceu, [...] e logo a seguir, bem a reconheci, surgiu-me Veneza, da qual nunca me satisfizeram meus ensaios descritivos e os pretensos instantâneos tomados pela memória, e me era agora devolvida pela sensação outrora experimentada sobre dois azulejos desiguais do batistério de São Marcos” PROUST, M. *O tempo redescoberto*. 10ª. ed. São Paulo: Globo, 1990, p. 149.

<sup>13</sup> Ao ler o título de um livro, o narrador diz ter sentido “a noção de realidade do mundo misterioso. [...] Era uma remota impressão, onde se misturavam suaves reminiscências de infância e de família, e que eu não reconhecera de pronto. Indagara com raiva que estranho me vinha perturbar, e o estranho era eu mesmo, a criança que fora, logo suscitada pelo livro que só dela tomava em mim conhecimento [...]”. Por



lembrar-se: “[...] eu compreendia que as sensações em mim despertadas pelo contato das pedras desiguais, a goma do guardanapo e o gosto da *madeleine* não se prendiam de modo algum às tentativas de evocar Veneza, Balbec, Combray por meio da memória”<sup>14</sup>.

Sobre esse “palácio da memória” que não se abre pela mera exigência da razão, escreve Santo Agostinho:

Quando lá entro mando comparecer diante de mim todas as imagens que quero. Umas apresentam-se imediatamente, outras fazem-me esperar por mais tempo, até serem extraídas, por assim dizer, de certos receptáculos ainda mais recônditos. Outras irrompem aos turbilhões e, enquanto se pede e se procura uma outra, saltam para o meio, como que a dizerem: “Não seremos nós?”<sup>15</sup>.

Em Agostinho, temos um ponto intermediário entre o rebaixamento total do controle consciente sobre a memória em Proust e o enaltecimento total de tal controle em Bergson. Em Proust, é a experiência de arrebatamento, a fusão de passado e presente que propicia uma unidade permanente de coisas “e nosso verdadeiro eu, que parecia morto, por vezes havia muito, desperta, [...]. Um minuto livre da ordem do tempo recriou em nós [...] o homem livre da ordem do tempo”<sup>16</sup>. Proust ainda falará em uma contemplação de eternidade fugidia. As *Confissões* de Agostinho representam igualmente essa reunião do ego disperso no passado. Tanto em um quanto em outro, a memória compõe a própria identidade.

## 5. Tempo e criação: Benjamin e Auerbach

De um lado a memória voluntária e a câmera fotográfica; de outro, a memória involuntária e a pintura. Essa oposição é feita por Benjamin, ao analisar a obra

---

seu lado, este livro, cuja leitura minha mãe me fizera em Combray até alta madrugada, guardara para mim todo o encanto daquela noite” PROUST, M. *O tempo redescoberto*. 10ª. ed. São Paulo: Globo, 1990, p. 162, 163.

<sup>14</sup> PROUST, M. *O tempo redescoberto*. 10ª. ed. São Paulo: Globo, 1990, p. 151.

<sup>15</sup> AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Abril, p. 200.

<sup>16</sup> PROUST, M. *O tempo redescoberto*. 10ª. ed. São Paulo: Globo, 1990, p. 154.

proustiana. O que o filósofo apresenta é uma aproximação entre os processos possibilitados pela fotografia e a memória voluntária, pois aqueles, ao engessarem uma imagem, acabam por ampliar o âmbito da memória voluntária. Benjamin atribui à câmera fotográfica um caráter negativo visto que há uma considerável redução da imaginação e da fantasia devido à disponibilidade de tais aparelhos e, conseqüentemente, da utilização constante da memória voluntária. A fotografia não tem a propriedade de suscitar no observador o que a obra de arte, como a pintura, faz: “para um olhar que jamais pode saciar-se com o quadro, a fotografia significa antes aquilo que o alimento é para a fome ou a bebida para a sede”<sup>17</sup>. O quadro instiga a imaginação, ao passo que a fotografia apresenta algo pronto, plano, completo, que sacia a memória voluntária de imediato. Num sentido semelhante, opondo narrativa e cinema, escreve Iser:

A versão cinematográfica do romance neutraliza a atividade de composição própria da leitura. Tudo se materializa e o espectador não precisa atualizar o que acontece. Por isso, entendemos a precisão virtual da imagem percebida como limitação, ao contrário da imagem representada, que, com sua inexatidão, nos enriquece<sup>18</sup>.

Assim, há a distinção entre coisas que ampliam o processo ou a capacidade imaginária do sujeito por sua própria natureza, por convocarem o sujeito à criação, e outras que, por dispensarem essa intervenção ativa, nada acrescentam ao sujeito que, por isso mesmo, fica em uma disposição de passividade:

Quando Proust acusa a insuficiência e a falta de profundidade das imagens que a memória voluntária lhe oferece sobre Veneza, diz que diante da palavra ‘Veneza’, sem mais, este repertório de imagens lhe aparecera vazio e insípido como uma exposição de fotografias<sup>19</sup>.

Auerbach, em sua obra *Mimesis*, faz uma análise dos textos de Homero confrontando-os com os textos bíblicos. Enquanto o texto homérico é um relato amplamente descritivo

---

<sup>17</sup> BENJAMIN, W. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. São Paulo: Abril, 1975, p. 58.

<sup>18</sup> ISER, W. *O ato da leitura Vol 2*. São Paulo: Mcgrow, 1999, p. 61.

<sup>19</sup> BENJAMIN, W. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. São Paulo: Abril, 1975, p. 58.

em suas minúcias e que não deixa espaço livre para a imaginação do sujeito leitor, os textos bíblicos – mais especificamente o texto sobre Abraão e a morte de Isaac – são repletos de silêncios, de múltiplas perspectivas, de vários planos nos quais o leitor completa a obra com sua imaginação e interpretação. Iser chamará esses silêncios de “lugares vazios”, lacunas que demandam, por parte do leitor, um preenchimento, uma atividade de construção. São esses lugares indeterminados que possibilitam que a obra seja aberta.

Homero, segundo Auerbach, desconhece segundos planos. A narrativa homérica acontece sempre no presente e é totalmente preenchida, não sobrando espaço para a criação do leitor. Ora, o que parece é que faz parte do próprio estilo homérico essa representação literária de forma acabada, visível, onde nada escapa aos olhos do escritor, nesse sentido Auerbach afirma que ainda que ocorram muitas coisas surpreendentes na narrativa homérica, tais acontecimentos esgotam quaisquer lacunas possíveis. Por outro lado, os “buracos” do texto bíblico sugerem, indicam, acenam, porém sempre de modo implícito, nas entrelinhas:

Não é fácil, portanto, imaginar contrastes de estilo mais marcantes do que estes, que pertencem a textos igualmente antigos e épicos. De um lado, fenômenos acabados, uniformemente iluminados, definidos temporal e espacialmente, [...]. Do outro lado, só é acabado formalmente aquilo que nas manifestações interessa à meta da ação; o restante fica na escuridão. Os pontos culminantes e decisivos para a ação são os únicos a serem salientados; o que há entre eles é inconsistente; tempo e espaço são indefinidos e precisam de interpretação; os pensamentos e os sentimentos permanecem inexprimidos: só são sugeridos pelo silêncio e por discursos fragmentários<sup>20</sup>.

Quanto ao processo de escritura Benjamin, como Auerbach, reafirma essa cisão analisando a diferença que há entre a escrita jornalística ou informativa, e a narrativa. O estilo linguístico dos jornais tem por função mobilizar a imaginação de seus leitores,

---

<sup>20</sup> AUERBACH, E. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 9.

certamente de modo mais extremo que o texto de Homero analisado por Auerbach, porém num mesmo sentido.

Se a imprensa se propusesse a fazer com que o leitor pudesse se apropriar de suas informações como de um aparte de sua experiência, faltaria inteiramente de seu objetivo. Mas seu objetivo é exatamente o oposto, e ela o atinge: excluir rigorosamente os acontecimentos do contexto em que poderiam afetar a experiência do leitor<sup>21</sup>.

O oposto apontado por Benjamin é a narrativa, a qual envolve o processo – tão crucial para Bergson – da experiência. A narrativa não objetiva informar alguém sobre algo, mas possibilita que o leitor se insira no texto, com suas experiências. Assim, também em Proust pode-se dizer que o real é narrado – e, portanto, criado – e não descrito. A obra proustiana não é a descrição de acontecimentos reais (se é que isso é possível), mas criação, imaginação que se fez obra.

## 6. Considerações finais

Na história da filosofia duas formas distintas de abordar a temática do tempo sobressaíram: o tempo como transição (sucessão) e o tempo como permanência (duração). Tanto Agostinho quanto Bergson e Proust analisaram o tempo através de sua duração, i.e. de uma percepção psicológica. O tempo psicológico é a percepção da sucessão contínua no campo da consciência, é a impressão do anterior e do posterior que se conserva no espírito, num sempre agora, numa permanência através de momentos seqüenciados os quais, se por um lado passam no tempo, por outro retém e antecipam, rememoram e projetam seu próprio tempo<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> BENJAMIN, W. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. São Paulo: Abril, 1975, p. 37.

<sup>22</sup> Deve-se dizer, contudo, que nos três autores abordados, o aspecto mais representativo da duração é dada pela rememoração e não pela projeção como em Heidegger, por exemplo.

Bergson, Agostinho e Proust deram voz ao tempo psicológico interligando os três tempos (passado, presente e futuro) numa duração ou num eterno presente ou ainda numa contemplação de eternidade. Apesar de suas discrepâncias, pode-se dizer que tanto a experiência quanto a subjetividade asseguram a semelhança que une esses pensadores em suas noções sobre o tempo, ainda que um seja literato e os outros filósofos, e que, entre esses, haja uma distância temporal de quase 1.500 anos. O que os três autores abordados apontam é um modo de se pensar o tempo diferentemente das correntes análises físicas e biológicas. Se o tempo se compõe de instantes que se sucedem ao infinito, o sujeito está, num certo sentido, numa relação dúbia com o tempo: a existência se dá no tempo e passa nele, sincronicamente, mas pode-se recordar o tempo passado e projetar o tempo futuro relacionando-se, pois, de modo diacrônico com seu próprio tempo.

Parece que tanto em Agostinho, Bergson e Proust quanto em Auerbach e Benjamin, a problemática do alargamento da capacidade heurística entrelaçada com a questão do tempo é temática fundamental, seja através do eterno presente, da *durée* e da memória involuntária, seja através da pintura ou da narrativa (bíblica ou não).

### **Referências bibliográficas**

AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Abril, 1973.

AUERBACH, E. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BENJAMIN, W. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. São Paulo: Abril, 1975.

BERGSON, H. *Introdução à Metafísica*. São Paulo: Abril, 1974.

ISER, W. *O ato da leitura Vol 2*. São Paulo: Mcgrow, 1976.

MEYERHOFF, H. *O tempo na literatura*. São Paulo: Mcgrow, 1976.

NETO, F. B. S. Tempo e memória no pensamento de Agostinho, in: PALACIOS, P. M. (Org). *Tempo e Razão: 1.600 anos das confissões de Santo Agostinho*. São Paulo: Loyola, 2002.

PROUST, M. *O tempo redescoberto*. 10ª. ed. São Paulo: Globo, 1990.

RICOEUR, P. *A metáfora viva*. Porto-Portugal: RÉS, s/d.

\_\_\_\_\_. *O conflito das interpretações – ensaios de hermenêutica*. Porto-Portugal: RÉS, 1988.

\_\_\_\_\_. *Parcours de la reconnaissance*. Paris: Stock, 2004.

\_\_\_\_\_. *Soi-même comme un autre*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

SILVA, F. L. Bergson, Proust: tensões do tempo, in: NOVAES, A. (Org). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

WILLS, G. *Santo Agostinho*. São Paulo: Objetiva, 1999.